

Gabarito da prova aos candidatos ao Conselho Tutelar

GABARITO

(QUESTÃO / RESULTADO)

- 1 B
- 2 DISSERTATIVA
- 3 A
- 4 D
- 5 C
- 6 B
- 7 DISSERTATIVA
- 8 D
- 9 B
- 10 C

1 - b) V, artigo 136, VIII

V, artigo 262

F, artigo 132

V, artigo 136, III a

V, artigo 133, I

2 - Dissertação

3 - a) Lei Nº 8.069, DE 13 de julho de 1990, Art. 2º

4 – d) artigo 136

5 – c) artigo 136

6 – b) artigo 137: as decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas pela autoridade judiciária a pedido de quem tenha legítimo interesse;

7 - Dissertação

8 – d) artigo 111: são asseguradas aos adolescentes, entre outras; III, IV E V;

9 – b)

10 - c) artigo 131: o Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta lei;

CADERNO DE PROVAS

PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1. Preencha com V para verdadeiro e F para Falso:

() O Conselho Tutelar poderá requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário, podendo fazê-lo diretamente, sem autorização judicial;

() Enquanto não instalados os Conselhos Tutelares, as atribuições a eles conferidas serão exercidas pela autoridade judiciária;

- () Em cada Município haverá somente um Conselho Tutelar, composto de cinco membros, escolhidos pela comunidade local para mandato de três anos, permitida uma recondução;
- () É de competência de o Conselho Tutelar requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;
- () Reconhecida idoneidade moral, idade superior a vinte e um anos e residir no município são os requisitos exigidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente para a candidatura a membro do Conselho Tutelar;

- a. V, F, F, V, V
b. V, V, F, V, V
c. F, V, F, V, V
d. F, V, V, V, V
e. V, V, V, V, F

2. Discorra sobre a “autorização para viajar”, citada na Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), nos Artigos 83 a 85.

3. De acordo com a Lei Nº 8.069, DE 13 de julho de 1990, Art. 2º, é correto afirmar que:

- a. Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade;
- b. Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa com até treze anos de idade completos, e adolescente aquela pessoa entre treze e vinte e um anos de idade;
- c. Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa com até onze anos incompletos, e adolescentes aquela entre doze e dezoito anos de idade;
- d. Criança, a pessoa com até doze anos de idade completos, e adolescentes a pessoa entre quatorze e 18 dezoito anos de idade;
- e. Nenhuma das alternativas está correta;

4. São atribuições do Conselho Tutelar (Art. 136 do ECA):

I - Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;

II - Representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural;

III - Promover a execução de suas decisões, podendo para tanto, requisitar serviços públicos na área de saúde;

IV - Expedir notificações;

V - Encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;

- a. Apenas II e III estão incorretas;
b. Apenas I, II e IV estão corretas;
c. Apenas II, III e V estão incorretas;
d. I, II, III, IV e V estão corretas;
e. Apenas III, IV e V estão incorretas

5. Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente, no Art. 136, parágrafo único, se o Conselho Tutelar achar necessário o afastamento do convívio familiar, qual é a providência a ser adotada:

- a. Providenciará a medida estabelecida pela autoridade judiciária.
b. Requisitará certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente.
c. Comunicará o fato ao Ministério Público, prestando-lhe informações sobre os motivos de tal entendimento e as providências tomadas para a orientação, o apoio e a promoção

social da família.

- d. Encaminhará a criança ou adolescente para tratamento psicológico ou psiquiátrico.
- e. Nenhuma das alternativas está correta;

6. Poderá(ão) revisar as decisões do conselho tutelar:

- I – autoridade policial
- II – Autoridade judiciária
- III – CMDCA

- a. Apenas I
- b. Apenas II
- c. Apenas III
- d. I e II
- e. II e III

7. “Maria, 28 anos, e João 35 anos, vivem em união estável há 5 anos e possuem 2 filhos: 1 menino de 4 anos e uma menina de 2 anos; Maria também tem um filho de 8 anos, fruto de uma união anterior e que não recebe pensão alimentícia do pai. Maria trabalha como empregada doméstica e permanece o dia todo fora de casa; apenas seu filho mais velho frequenta escola e os demais ficam sob os cuidados do João, que está desempregado e faz uso abusivo de bebida alcoólica. Certo dia, ao regressar do trabalho, Maria não encontrou ninguém em casa e soube, pelos vizinhos, que os filhos haviam sido levados pelo Conselho Tutelar para uma instituição de acolhimento, pois houve denúncia de que João, sob efeito de álcool, os agrediu violentamente. Nem Maria, nem qualquer outro familiar foi procurado pelos conselheiros tutelares antes da retirada das crianças. Após 3 meses de acolhimento institucional, as crianças regressaram ao lar materno, sendo que a mãe havia se mudado para outro local, estabelecendo nova união com outro homem”.

Comente a medida adotada pelo Conselho Tutelar e indique pelo menos 3 (três) recursos/serviços da política de assistência social que você considera necessários para atender a situação em questão.

8. São asseguradas ao adolescente, entre outras, as seguintes garantias nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA):

- I. Defesa técnica por advogado.
- II. Assistência judiciária gratuita e integral aos necessitados, na forma da lei.
- III. Direito de ser ouvido pessoalmente pela autoridade competente.

Estão corretos os itens contidos na alternativa:

- a. I e II
- b. II e III
- c. I e III
- d. I, II e III

e. Nenhuma das alternativas está correta;

9. É atribuição de o Conselho Tutelar aplicar:

- a. Medida Socioeducativa em Meio Aberto;
- b. Medidas de Proteção;
- c. Medidas de Internação;
- d. Medidas de colocação em família substituta;
- e. Medidas Punitivas;

10. Pode-se dizer que, além de outras, a criação dos Conselhos Tutelares pela Lei nº. 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) atende a finalidade de:

- a. Profissionalizar a atividade do comissário de menores, até então exercida de forma amadora e voluntária.
- b. Retirar do Judiciário a atividade fiscalizatória, transferindo para a esfera administrativa a aplicação das multas decorrentes do descumprimento de normas de proteção à criança e ao adolescente:
- c. Desjudicializar o atendimento das situações em que ocorra ameaça ou violação a direitos de crianças e adolescentes;
- d. Garantir participação popular nas instâncias deliberativas e controladoras das ações da política de atendimento em todos os níveis;
- e. Democratizar o exercício do patronato, até então restrito aos financiadores da assistência filantrópica aos menores;